

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [94ª Reunião Ordinária Deliberativa](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

**ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 1º DE
NOVEMBRO DE 1995**

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e
Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Correspondência: Ofícios e cartões - **Apresentação de Proposições:** Requerimentos nºs 842 a 845/95 - Requerimentos dos Deputados Marcos Helênio, Almir Cardoso (2), João Leite, Romeu Queiroz e Elbe Brandão - **Comunicações:** Comunicações dos Deputados Wanderley Ávila, Maria Olívia (2) e Marco Régis e da Comissão de Educação - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Ivo José, Elbe Brandão, Gilmar Machado e Ronaldo Vasconcellos - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - Discussão e votação de pareceres: Parecer da Comissão de Justiça concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 132/95; requerimento do Deputado Wanderley Ávila; deferimento - **Requerimentos:** Requerimento da Deputada Elbe Brandão; encaminhamento à Comissão de Educação - Requerimento do Deputado João Leite; inclusão do Projeto de Lei nº 547/95 em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno - Requerimento do Deputado Marcos Helênio; deferimento - **Requerimentos dos Deputados Romeu Queiroz e Almir Cardoso (2); aprovação - 2ª Fase:** Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/95; questão de ordem - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 14h14min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Piau - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e

em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- O **Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O **Deputado Rêmolo Aloise**, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Roberto Orro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul; Júnia Marise, Senadora; Maria Elvira, Deputada Federal, agradecendo o envio por esta Casa do relatório das audiências públicas regionais de 1995.

Do Sr. Nicias Ribeiro, Presidente da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 1991, Que Dá Nova Redação ao § 4º do Art. 18 da Constituição Federal da Câmara dos Deputados, solicitando o encaminhamento a essa Comissão de cópia da lei complementar estadual que estabelece os requisitos mínimos e os procedimentos processuais para criação de novos municípios no Estado.

Do Sr. Gilson Assis Dayrell, Subchefe da Subchefia de Relações Intergovernamentais da Casa Civil da Presidência da República, em atenção a requerimento do Deputado João Batista de Oliveira, informando o encaminhamento do Ofício nº 2.138/95, desta Casa, ao Ministério da Fazenda para exame e providências cabíveis.

Do Sr. Antônio Hélio Silva, Desembargador-Relator do Tribunal de Justiça remetendo cópia da petição em que se solicita informação sobre cumprimento de liminar concedida em 4/10/95.

Da Sra. Ana Luiza Machado Pinheiro, Secretária da Educação, em atenção a requerimento da Comissão de Educação, solicitando se fixe outra data para a reunião dessa Comissão com a titular dessa Pasta. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Sebastião Alves de Abreu, Prefeito Municipal de Matipó, comunicando sua eleição para o cargo, realizada em 12/10/95.

Do Sr. José Vicente Davin, Presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, encaminhando cópia do Voto de Repúdio apresentado pelo Vereador Domingos Ramos Alves em reunião realizada no dia 17/10/95.

Do Sr. Aluizio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, encaminhando, em atenção a pedido de diligência, o Processo nº 115.407, em nome de Heli Severino de Souza e irmãos. (- À Comissão de Agropecuária.)

Do Sr. Sebastião Virgílio de Almeida Figueirêdo, Diretor-Geral do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH-MG -, agradecendo convite para comparecer ao fórum técnico sobre a distribuição de gás canalizado.

Do Sr. Wilson Reis Couto (2), Diretor de Relações Públicas da SETRANSP, informando esta Casa sobre danos provocados por torcedores em veículos de transporte coletivo, por ocasião dos jogos Cruzeiro X Guarani, em 4/10/95, e Cruzeiro X Atlético, em 12/10/95. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Onéximo Gruppi Neto, Presidente da Associação Comercial e Industrial de São João Nepomuceno, informando, em atenção ao Ofício nº 1.597/95, desta Casa, as condições de funcionamento da agência do Banco do Brasil daquela localidade. (- À Comissão Especial: Banco do Brasil.)

CARTÕES

Do Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado, agradecendo o envio do relatório das audiências públicas regionais de 1995.

Dos Srs. José Ferraz, Secretário do Trabalho, Thereza de Azevedo Leite, Secretária Municipal de Educação de Juiz de Fora, e José Augusto Pereira da Neiva, Diretor II da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao 33º aniversário de fundação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba.

Do Sr. Luiz Gonzaga Teixeira, Secretário Adjunto da Cultura, agradecendo convite para o Seminário Turismo: Caminho das Minas.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 842/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica União Vale do Gorutuba, localizada no Município de Janaúba, pelo transcurso do seu 14º aniversário de fundação.

Nº 843/95, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo à Secretária da Educação com vistas à construção de muro entre a Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes e o campo de futebol anexo, localizados nesta Capital. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 844/95, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Comandante

de Policiamento da Capital com vistas a que se destaquem policiais militares para garantirem, em tempo integral, a segurança dos alunos do Núcleo de Educação Especial - NUEESP -, localizado nesta Capital.

Nº 845/95, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Comandante de Policiamento da capital com vistas ao policiamento ostensivo do entorno da Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes, localizada nesta Capital. (- Distribuídos à Comissão de Defesa Social.)- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Marcos Helênio, Almir Cardoso (2), João Leite, Romeu Queiroz e Elbe Brandão.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Wanderley Ávila, Maria Olívia (2) e Marco Régis e da Comissão de Educação.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Ivo José, Elbe Brandão, Gilmar Machado e Ronaldo Vasconcellos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário do teor das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados Wanderley Ávila - falecimento de Leonardo Piedade Diniz, em Pirapora; Marco Régis - falecimento da Sra. Paulina Campos de Souza, em Campinas, SP; e Maria Olívia (2) - falecimento da Sra. Ivone Pinto de Carvalho, em Belo Horizonte (Ciente. Oficie-se.), e que estará em viagem aos Estados Unidos da América, no período de 4 a 12 do corrente mês, em caráter particular (Ciente. Publique-se.); e pela Comissão de Educação - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 373/95, do Deputado Ajalmar Silva; 374/95, do Deputado João Leite, e 387/95, do Deputado Geraldo Rezende, e dos Requerimentos nºs 791 a 794/95, 800 a 804/95, 807 a 810/95, 812 a 816/95, do Deputado Wanderley Ávila, e 798/95, do Deputado Geraldo Rezende (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 132/95, do Deputado Wanderley Ávila (ex-Projeto de Lei nº 1.007/92, do Deputado José Militão), que dá a denominação de Escola Estadual Lions Club Centro à Escola Estadual do Bairro Jardim Bela Vista, de Poços de Caldas. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno. Sobre a mesa, requerimento do Deputado Wanderley Ávila solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 132/95. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o art. 244, VIII, do Regimento Interno.

Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Elbe Brandão solicitando, na forma regimental, a convocação da Secretária da Educação para prestar esclarecimentos sobre as atividades relacionadas com as horas cívicas na rede estadual de ensino. Ciente. À Comissão de Educação.

Requerimento do Deputado João Leite que, nos termos do art. 244, VIII, do Regimento Interno, solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 547/95, de sua autoria, ainda sem parecer das comissões a que foi distribuído. Inclua-se o projeto em ordem do dia, para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Marcos Helênio, solicitando, nos termos dos arts. 134, I, e 140 do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº 287/95, de sua autoria, que altera a denominação da Escola Estadual Arnaldo de Melo Carvalho, do Município de Conceição da Aparecida, para Escola Estadual Padre José Antônio Panucci, passado ao exame da comissão seguinte a que foi designado, já que se encontra vencido o prazo para a Comissão de Constituição e Justiça emitir seu parecer. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com os arts. 244, VII, e 60 do Regimento Interno.

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, requerimentos dos Deputados Romeu Queiroz - solicitando que o Projeto de Lei nº 368/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade do Estado, seja apreciado conjuntamente pelas Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira; Almir Cardoso (2) - solicitando, com a devida base regimental, seja distribuído, também, à Comissão de Educação, para receber parecer, o Projeto de Lei nº 380/95, de sua autoria; e solicitando, com base no art. 245, XI, do Regimento Interno, seja incluído na ordem do dia em Plenário, para ser votado, o Relatório Final da Comissão Especial para Proceder a Estudos sobre o Enxugamento e a Desativação de Agências e Dependências do Banco do Brasil no Estado de Minas Gerais (Cumpra-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência comunica ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o Projeto nº 426/95, do Governador do Estado, por falta de pressupostos processuais para a sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 1.326/93, da ex-Deputada Maria Elvira), que dispõe sobre a gratuidade do registro de casamento para os reconhecidamente pobres. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de número regimental.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum", encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 6, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às dez horas do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anderson Aduato, João Leite e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, o Deputado Anderson Aduato assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado João Leite que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Geraldo Márcio Ferreira, Superintendente da Federação Mineira de Futebol, representando o Presidente da entidade; Wilson da Silva Piazza, Presidente da Administração de Estádios de Minas Gerais - ADEMG -, e Gilson Fontoura, responsável pelo setor de cadeiras cativas, que irão discorrer sobre o Projeto de Lei nº 378/95, do Deputado José Bonifácio, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em regime de comodato, cadeiras cativas aos clubes mineiros que especifica, e os convida a tomarem assento à mesa. A Presidência esclarece, ainda, que, logo após, serão apreciadas as matérias que constam na pauta e passa a palavra ao Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento que suscitou esta reunião. A seguir, os convidados discorrem a respeito do assunto em pauta. Passa-se à fase dos debates com a participação dos convidados e dos parlamentares presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, o Deputado João Leite apresenta requerimento mediante o qual solicita sejam convidados para participar da reunião desta Comissão a Sra. Ana Luíza Machado Pinheiro, Secretária da Educação, um membro do Tribunal de Contas do Estado e a Sra. Maria Luíza Nascimento de Rezende, Presidente do Colegiado de Diretores de Escolas Estaduais de Minas Gerais, com a finalidade de debaterem sobre as restrições impostas às escolas estaduais para aquisição de material permanente por meio de suas caixas escolares, o aumento da jornada de trabalho dos secretários de escolas e a questão da experiência das cooperativas dos serviços. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A Presidência informa que não serão apreciadas as matérias da pauta, agradece a presença dos parlamentares e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1995.

Anderson Aduato, Presidente - João Leite - Gilmar Machado - Geraldo Rezende.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE VENHAM CRIAR MELHORES CONDIÇÕES DE COMUNICAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Alberto Pinto Coelho, Elbe Brandão, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Cássio D. de Paula Lemos, Delegado da Delegacia do Ministério de Comunicações de Minas Gerais, do DENTEL; Judas Tadeu Chaves de Miranda, Chefe do Distrito de Operações da EMBRATEL em Minas Gerais; Saulo Coelho, Presidente da TELEMIG; e Antônio Carlos Rubatino, Gerente de Planejamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT -, e solicita aos convidados que tomem assento à mesa. Prosseguindo, o Presidente registra a presença dos Srs. Mário Assad Júnior, Geraldo Pereira Sobrinho e Gonçalo Abreu, Diretores da TELEMIG, e dos Deputados José Maria Barros, Carlos Pimenta, José Braga, Francisco Ramalho, Dimas Rodrigues, Ailton Vilela, Arnaldo Penna e Jorge Eduardo de Oliveira. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que motivou a presença dos convidados. A seguir, o Presidente da Comissão, tendo que se ausentar, transfere a direção dos trabalhos à Deputada Elbe Brandão. Depois de assumir a Presidência, a Deputada Elbe Brandão concede a palavra aos convidados. Após suas explanações, abre-se amplo debate entre os parlamentares e as autoridades presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Prosseguindo, a Presidente apresenta requerimento de sua autoria solicitando que seja convidado a falar perante esta Comissão o Sr. Elias Siuf, Presidente da Comissão de Desenvolvimento do Norte de Minas. Ato contínuo, transfere a Presidência ao Deputado Alberto Pinto Coelho, que coloca em votação o requerimento da Deputada Elbe Brandão, o qual é aprovado. A seguir, a Deputada Elbe Brandão reassume a Presidência e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares e das autoridades, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 1995.

Paulo Piau, Presidente - Elbe Brandão - Alberto Pinto Coelho - Ivair Nogueira.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS

Às quinze horas do dia vinte e cinco de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Almir Cardoso, Carlos Pimenta, José Bonifácio (este em substituição ao Deputado Arnaldo Penna, por indicação da Liderança do PSDB) e Dimas Rodrigues, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Cardoso, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Antônio Zambalde do Prado, Diretor da Siderúrgica Bandeirantes; o Sr. Antônio Pontes Fonseca, Diretor-Presidente da CALSETE; o Sr. Olegário Dias, Presidente da SICAFE, e o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, sobre as condições de vida dos carvoeiros. O jornalista Amaury Ribeiro Júnior não compareceu nem justificou a ausência. O Presidente registra, ainda, a presença do Sr. Renildo Eustáquio Ribeiro, Procurador da Siderúrgica Bandeirantes. Continuando, convida a tomarem assento à mesa os Srs. Antônio Zambalde, Antônio Pontes Fonseca e Olegário Dias. A seguir, o Deputado Almir Cardoso faz relato da viagem dos membros da Comissão às carvoarias do Norte de Minas e passa a palavra aos convidados. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Gil Pereira. Fazem uso da palavra os Srs. Antônio Pontes, Renildo Eustáquio Ribeiro, Olegário Dias e Antônio Pontes Fonseca e os Deputados Almir Cardoso, Marcelo Cecé, Carlos Pimenta e Gil Pereira, conforme as notas taquigráficas. A Presidência solicita a exibição da cópia da fita do programa Assembléia Informa que mostra a viagem dos Deputados às carvoarias do Norte de Minas, após o que se segue amplo debate com a participação dos convidados e dos Deputados. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 1995.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Almir Cardoso - Carlos Pimenta - Arnaldo Penna - Gil Pereira.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Antônio Andrade, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada. Está presente, também, o Deputado João Batista de Oliveira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida

e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa aos Deputados que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na ordem do dia e a ouvir os Srs. Amílcar de Castro Júnior e Flávio Marques Castilho de Souza, Diretores da JET ICC Incorporação Ltda.; Antônio Joaquim Fernandes Neto e Geraldo de Farias Martins Costa, Promotores de Justiça da Defesa do Consumidor; Paulo Roberto Henrique e Teodomiro Diniz Camargos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Sindicato das Indústrias de Construção Civil - SINDUSCON -; Rubens Ribeiro Batista, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4ª Região - CRECI - MG -, e Wanderley Pereira Dias, Superintendente Regional da ENCOL, que discutirão os problemas enfrentados pelos mutuários de financiamento direto com as construtoras, quanto à inadimplência e ao endividamento decorrentes dos elevados índices de correção. A seguir, a Presidência leva ao conhecimento dos Deputados que a Comissão recebeu o Ofício nº 1.809, do PROCON-BH, em que solicita empenho da Comissão para que se criem regulamentos que rejam a emissão e a cobrança de quaisquer multas de trânsito; e ofício da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte-CDL-, em que encaminha seu termômetro de vendas, que foi reformulado. Após, o Presidente informa aos Deputados que a Comissão recebeu avulsos dos Projetos de Lei nºs 503/95, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1996; e 504/95, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 1996-1999 e dá outras providências, ambos de autoria do Governador do Estado. Encerrada a 1ª parte da reunião, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Gil Pereira apresenta requerimento em que solicita seja enviada cópia das notas taquigráficas da presente reunião ao representante do Ministério Público responsável pelo PROCON-MG, para que tal órgão tome as devidas providências acerca do assunto debatido. O Deputado João Batista de Oliveira apresenta requerimento em que solicita sejam ouvidos representantes do SINDUSCON, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, do IBCIF e das empresas que comercializam materiais de construção, para se discutir a crise atual da construção civil. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. Logo após, o Deputado Marcos Helênio apresenta quatro requerimentos, em que solicita sejam realizadas reuniões desta Comissão com a finalidade de se ouvirem representantes da UNIMED-Betim a respeito das condições de atendimento dos planos de saúde dessa empresa; representantes do Thermas Clube de Minas Gerais e do Thermas Clube de Governador Valadares acerca de irregularidades cometidas por essas empresas; e representantes de empresas de transportes de Belo Horizonte sobre as condições de operação dos transportes coletivos; e em que solicita seja enviado ofício ao Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús, manifestando o descontentamento desta Comissão em face do tratamento dispensado a ela quando da distribuição às comissões das propostas recolhidas nas audiências públicas regionais. O Deputado Gil Pereira assume a Presidência e coloca em votação os quatro requerimentos, que são aprovados. O Deputado Marcos Helênio reassume a direção dos trabalhos e passa à 2ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Antônio Andrade emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 19/95, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Em seguida, a Presidência registra a presença dos Srs. Giovanni José Pereira, representante dos Diretores da JET ICC Incorporação Ltda.; Paulo Roberto Henrique e Teodomiro Diniz Camargos e dos demais participantes da reunião. O Presidente concede a palavra ao Deputado Gil Pereira para que explique o objetivo da reunião. Logo após, os convidados fazem suas explanações, e, em seguida, abre-se amplo debate entre as pessoas presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e das autoridades, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 1995.

Marcos Helênio, Presidente - Dinis Pinheiro - Antônio Andrade - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, da Impugnação Total do Projeto de Resolução nº 238/95, do Deputado Anivaldo Coelho, que dispõe sobre o repasse dos recursos alocados no orçamento da Assembléia Legislativa, a título de subvenção social e auxílio para despesas de capital a entidades de assistência social e transferências a municípios. Incluída em ordem do dia, observado o disposto no art. 206 do Regimento Interno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 349/95, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 70/95, do Deputado Romeu Queiroz (ex-Projeto de Lei nº 2.270/94), que autoriza o DER-MG a fazer reverter imóvel que menciona ao Município de Jequitinhonha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 253/95, do Deputado Gilmar Machado, que altera o prazo para isenção do pagamento do IPVA e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 185/95, do Deputado Carlos Murta, que altera a Lei nº 10.629, de 17/1/92, e dá outras providências (insere trecho do rio Jequitinhonha no rol de rios de preservação permanente.). A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 426/95, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 551/95, do Deputado Anderson Adauto; 514/95, do Deputado Carlos Pimenta; 486/95, do Deputado Gil Pereira; 532/95, do Deputado Hely Tarquínio; 499/95, do Deputado Paulo Schettino; Projeto de Lei Complementar nº 9/95, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 520/95, do Deputado Paulo Pettersen.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 278/95, do Deputado João Leite.

Convidados: Srs. Mauro Roberto Soares de Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG; Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTRANS; Gilberto Antônio Lisboa, Presidente da TRANSBETIM; Ernani Duarte, Presidente da AMBEL; José Duarte, Presidente da SETRANSP; Rubens Lessa Carvalho, Presidente do SINDPAS; Marco Aurélio Carone, Presidente da AMUT P e C, e Francisco de Assis Maciel, Diretor da FAMOBH, que discorrerão a respeito dos transportes coletivos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário

da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 391/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 459/95, do Deputado José Bonifácio; 235/95, do Tribunal de Contas; Projeto de Lei Complementar nº 10/95, do Deputado Gilmar Machado.

Convidados: Srs. Ademir Lucas, Secretário de Esportes; Santos Moreira Silva, Secretário da Segurança Pública; Elmer Guilherme Ferreira, Presidente da FMF; Wilson Piazza, Presidente da ADEMG e da Associação de Garantia do Atleta Profissional; Afonso Alberto T. dos Santos, Presidente da Associação Mineira de Cronistas Esportivos; Paulo Cury, Presidente do Atlético; José de O. Costa, Presidente do Cruzeiro, e Carlos Onório de Freitas, Presidente do América, os quais fornecerão subsídios para a tramitação do Projeto de Lei nº 391/95.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 826, 827 e 828/95, do Deputado Carlos Pimenta; 770/95, do Deputado Gil Pereira.

Convidados: Srs. Carlos Eloy Carvalho Guimarães, Presidente da CEMIG; Ronaldo Gomes de Souza, Valdemar Damasceno Andrade e Edson Lima Rio, Prefeitos Municipais de Cristália, Grão-Mogol e Botumirim, respectivamente, e Benedito Said, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, os quais falarão sobre a construção da barragem de Irapé.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A DESAPROPRIAÇÃO REALIZADA PELA CODEVASF, NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GORUTUBA, NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 7/11/95, destinada à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos; à apreciação dos Projetos de Lei nºs 426/95, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades, 70/95, do Deputado Romeu Queiroz, que autoriza o DER-MG a fazer reverter imóvel que menciona ao Município de Jequitinhonha, 185/95, do Deputado Carlos Murta, que altera a Lei nº 10.629, de 17/1/92, e dá outras providências, 210/95, do Deputado Marcos Helênio, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências, e 253/95, do Deputado Gilmar Machado, que altera o prazo para isenção do pagamento do IPVA, do Projeto de Resolução nº 349/95, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa, e da Impugnação do Projeto de Resolução nº 238/95, do Deputado Anivaldo Coelho, que dispõe sobre o repasse dos recursos alocados no orçamento da Assembléia, a título de subvenção social e auxílio para despesas de capital a entidades de assistência social e transferências a municípios; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauri Torres, Elbe Brandão, Ajalmar Silva, Anderson Aduato, Bonifácio Mourão, Antônio Genaro, Gil Pereira, Bilac Pinto,

Simão Pedro Toledo, Gilmar Machado, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior, Carlos Pimenta e Paulo Schettino, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 7, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se ouvirem o Prof. José Augusto Braga, Diretor do Departamento Jurídico do SIND-UTE, e o Sr. Renato de Almeida Barros, da Coordenação Sindical, os quais discorrerão sobre o assunto em tela.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 1995.

Clêuber Carneiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Arnaldo Penna, Miguel Martini, Maria Olívia, José Maria Barros, Bonifácio Mourão, Anderson Adauto, Alberto Pinto Coelho, Jairo Ataíde, Paulo Piau, Gilmar Machado, Ivo José, Álvaro Antônio e Olinto Godinho, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas no dia 8/11/95, às 10h30min e às 14h45min, e no dia 9/11/95, às 15h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar o parecer, para o 2º turno, do relator, Deputado Paulo Piau.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 26/10/95

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes das galerias, imprensa, confesso aos nobres colegas que venho adiando há tempos este pronunciamento, que diz respeito à situação do profissional do rádio em Belo Horizonte, até porque faço parte da classe, apresentador que sou de um programa da Rádio Capital, porém não tenho condições de adiar-lo por mais tempo em virtude dos insistentes pedidos que chegam ao meu gabinete.

Creiam, senhores, o estado de miserabilidade de muitos radialistas é algo incompatível com a importância e magnitude dessa profissão.

Levando alegria aos lares brasileiros, muitos escondem a tristeza que reina em seus lares pela falta de conforto. Presente nos momentos mais importantes da vida nacional, o radialista que, no dia-a-dia, leva a nossa palavra, a palavra dos representantes do povo de casa em casa, que constitui mão-de-obra especializada, não precisaria pedir, aqui e ali, uma cesta básica para assegurar a alimentação da família.

Esse profissional merece, sim, auferir no final do mês um salário mais digno, compatível com a importância do seu trabalho prestado à comunidade.

É certo que o salário do radialista deve ser apreciado pelo sindicato da categoria, porém nós, Deputados, não podemos fechar os olhos diante da covardia que se comete contra os profissionais do rádio aqui em Belo Horizonte.

Tenho recebido reclamações de profissionais, locutores, operadores, discotecários, que recebem pouco mais de R\$200,00.

Constantemente o locutor tem sua capacidade colocada à prova. A dicção, a leitura desenvolta, a voz apurada, os conhecimentos gerais, o conhecimento de idiomas, enfim, a escolaridade do locutor tem de ser ótima, assim como, na mesa de som, a atenção do operador de áudio é ininterrupta por 6 horas seguidas.

Muitos desses profissionais vão para o trabalho sem se alimentar e o vale-refeição, às vezes, de R\$1,00, fica em casa para a compra de leite e pão.

Quando falo do salário dos radialistas em geral é porque ando recebendo vários telefonemas de colegas, profissionais do rádio, que trabalham na Rádio Inconfidência, a rádio oficial do Governo de Minas Gerais, uma rádio que hoje dá prejuízos para o Governo, uma rádio que leva a voz de Minas para todo o Brasil, com seu canal exclusivo. Minas Gerais, o Governo do Estado, o Dr. Eduardo Azeredo, o Secretário de Comunicação têm que dar mais valor à Rádio Inconfidência. É essa rádio que leva o som do Estado para os grotões.

Apresento a esta Casa um requerimento, Sr. Presidente, para que o Governo do Estado mande as informações sobre as últimas contratações feitas para a TV Minas e para a Rádio Inconfidência. A miséria fica rondando aquela rádio oficial e queremos saber

por que o radialista ali não é valorizado.

Sabemos que quem entende de rádio é o radialista, quem entende de esporte é o locutor esportivo, é o jornalista esportivo. Mas o que se passa com o jornalismo da Rádio Inconfidência? Ela tem que ser olhada com mais seriedade pelo Governo do Estado. Sabemos da potência da Rádio Inconfidência, no entanto seus funcionários estão com os salários baixíssimos.

Por que emissoras da iniciativa privada, em Belo Horizonte, dão bons resultados? Por que a Rádio Itatiaia não dá prejuízo no final do mês? Quem será que está ganhando na Rádio Inconfidência? A população, com a qualidade que está sendo posta no ar, só está perdendo. O Governo de Minas Gerais tem que olhar com mais carinho para essa emissora. Por que a Rádio Capital, instalada em Belo Horizonte, tem lucro no final do mês e até manda dinheiro para seus donos em São Paulo?

A Rádio Inconfidência, no final do mês, está no vermelho. O Governo tem de injetar dinheiro ali. Se todos os horários estão vendidos, para onde está indo o dinheiro da Rádio Inconfidência? É essa a pergunta que faço. Peço ao Governo do Estado que mande a esta Casa o balancete desses sete meses da nova administração da Rádio Inconfidência. Queremos saber, exatamente, qual o salário pago aos funcionários.

Tenho a certeza de que, depois de analisarmos todos esses dados, constataremos que o salário pago ali é uma miséria, que falta organização e boa administração. Em menos de oito meses, aquela emissora já teve dois Diretores. Aonde o Governo quer chegar? O que ele quer mostrar? Soubemos que o Governo quer privatizar a Rádio Inconfidência. Não concordamos com isso. Devemos respeitar essa emissora e tentar encontrar uma solução para sua situação.

O "Estado de Minas" publicou matéria sobre o rio das Velhas. Sr. Presidente, estamos encaminhando a V. Exa. um requerimento pedindo a constituição de comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias veiculadas pelo "Estado de Minas" sobre a mortandade dos peixes naquele rio. Quando os peixes morrem, morre também o nosso futuro. A Secretaria de Meio Ambiente ficou no disse-não-disse. Afirmou que nada pode fazer com relação às denúncias, uma vez que o Governo não lhe dá condição para agir.

Sr. Presidente, gostaria que constasse dos anais da Casa toda essa matéria veiculada pelo "Estado de Minas", a respeito do rio das Velhas. Encaminho esse requerimento a V. Exa., Sr. Presidente, porque agora estão morrendo os peixes mas, no futuro, estaremos matando a nós mesmos.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, principalmente associados do SINEGEP que se encontram nas galerias, subimos à tribuna, na tarde de hoje, para fazer um pronunciamento a respeito das condições em que comemoramos o Dia do Funcionário Público, comemoração entre aspas, evidentemente. O manifesto que tenho em mãos foi subscrito pelo Sindicato dos Especialistas de Educação e Gerentes Públicos do Estado de Minas Gerais. (- Lê:)

"Outubro (Dia do Funcionário Público ou Réquiem por uma Categoria)

Abre-se um jornal e lá a entrevista! Liga-se a TV e lá, novamente, estão as declarações. Encontram-se amigos dos "velhos tempos" e lá estão os comentários! Perguntamos então: o que comemorar no dia do funcionário público? Uma lembrança? Uma época que se esgotou? Ou será o caso de uma reação corajosa a esse tipo de tratamento que, sistematicamente, vem sendo dispensado ao funcionário público? Há que se esclarecer, primeiro, de onde partem críticas tão contundentes e ameaçadoras e depois posicionar-se sobre "quem é quem" e o que é servidor público. Tanto no Governo Federal quanto no Estadual, instalou-se o QG de demolição do serviço público. Senão vejamos.

Antes até de candidatar-se à Presidência da República, o Professor (servidor público) Fernando Henrique Cardoso, no programa "Cara a Cara" da TV Bandeirantes, já tecia severas críticas ao regime do serviço público qualificando conquistas como absurdas e declarando que "o aposentado não precisa ganhar mais (referia-se ao trintenário), pois já está com sua família criada, filhos casados e bem empregados, etc., etc." Naturalmente ele estava num estúdio de TV no Brasil julgando falar para e sobre aposentados do Primeiro Mundo. Eleito Presidente, é o que se vê! E o que vemos no nosso Estado? Cópia exata e até mais violenta por parte de elementos que compõem a equipe do Governador Eduardo Azeredo. Mascarados de reformadores do serviço público, atacam, acusam e até insultam o funcionário, buscando, na opinião pública, respaldo para suas condutas que nunca foram desestimuladas pelo Palácio da Liberdade. Com tantos e tão graves problemas a serem resolvidos e enfrentados pelo Executivo, canalizam críticas a uma categoria que faz parte da sociedade mineira - eu disse "sociedade" e não "society" -, cuja maior culpa pode ser a de estar despreparada para uma resposta coletiva e enérgica a tal comportamento. Retrocedendo aos "negros" dias passados na Assembléia Legislativa quando da votação do pró-labore, uma "liderança" despreparada para representar o pensamento de um governo eleito pelo voto do povo - e servidor é povo - destinou aos aposentados o "melhor" da sua ética parlamentar taxando-os de "porcos". Não podíamos imaginar que a "guerra" estava apenas começando. De lá até hoje é um nunca acabar de histeria verbal contra o serviço e o servidor

público. Perguntamos:

O servidor público tem o poder de contratar, nomear alguém, aumentar seus próprios salários, enfim, "inchar" a máquina administrativa? Tem sim! E quem é esse servidor público que dispõe desse poder? É o Governador do Estado! São os Secretários de Estado! São os parlamentares federais e estaduais! São os Prefeitos!

Basta lembrar aqui, oportunamente, dos contratos para técnicos de "notório saber", de palestrantes para a Escola do Governo, consumindo vultosas verbas e nem sempre trazendo resultados para a administração.

Prefeitos que, tão logo tomam posse, com raras exceções, convidam familiares e amigos para cargos nas Prefeituras, que agora já não suportam tanto nepotismo. Desde que se implantou o Quadro Permanente, não há, em Minas, nada de novo que dê ao servidor público condições de aprimoramento profissional e conseqüente progresso funcional. O Plano de Cargos e Salários mofa, há anos, nas gavetas dos governos. Dizem que não há dinheiro para a sua implantação e mais blá/blá/blá... Em compensação, as verbas aparecem para viagens ao exterior de equipes do Governo e do Legislativo com a argumentação de buscar "novas tecnologias" para o Estado. Gasta-se com publicidade nos meios de comunicação alardeando modelos de política salarial - veja-se o caso magistério -, que não é verdadeira. Direito adquirido virou pecado mortal: trintenário, quinquênio, apostilamento, férias-prêmio, tudo é questionado como usurpação e não direitos que o estatuto da classe assegura. As sucessivas afirmações têm a intenção clara de colocar a opinião pública contra os funcionários, chamando de privilégios as conquistas de lutas. Qual é o privilégio? O funcionário, após 5 anos de efetivo exercício, ter direito a 3 meses de férias-prêmio ou os Deputados terem "recesso" de 3 meses por ano e declaradamente comparecerem às assembleias de terças às quintas-feiras?

Afirma-se que a folha com o funcionalismo consome 72% ou até 93% da arrecadação do ICMS. E quem contribui para isso? Apenas o funcionário do Executivo? Por que nunca se esclarece a essa mesma sociedade que o maior volume é destinado proporcionalmente ao Judiciário, ao Legislativo, a autarquias, fundações e, também, ao Executivo? Se os recursos destinados ao pagamento das folhas dos servidores está tão em baixa como se apregoa, por que criarem-se mais secretarias? Agora já são 21 secretarias para administrar um Estado que mantém a mesma área geográfica; só aumenta o número de Prefeituras com as "emancipações polêmicas" dos distritos. Há bem pouco tempo o jornal "Estado de Minas" divulgava reportagem falando da "explosão" de otimismo que reinava na administração Azeredo. Tudo ia bem! A arrecadação aumentando, os planos de governo em plena execução e Minas era citada como "modelo nacional". O que aconteceu tão de repente? Foram novamente os funcionários que, como nuvens de gafanhotos vorazes devoraram as verbas? Ou essa mudança de atitude tem relação com a atitude do Palácio do Planalto? É a única explicação coerente que nos ocorre. Dizem que a crise é tão grave que se admite o atraso do pagamento da folha ou, na melhor das hipóteses, o que se fez, a nova escala de pagamento para que o dinheiro fique mais tempo nos cofres do Estado. Salários de R\$370,00 foram enquadrados no mesmo dia do maior salário de Governador de Estado do País. Somos todos agora marajás: nós e o Governador, seu Vice e outros do alto escalão do Governo.

Anexando a esta carta-protesto está uma prova viva do que aqui se afirma. Há alguns anos atrás Minas era governada por um Governador, Vice-Governador, Gabinete Civil, Gabinete Militar e sete Secretários de Estado: Agricultura, Educação, Fazenda, Obras Públicas, Interior e Justiça, Segurança Pública e Saúde. As secretarias situavam-se quase todas na Praça da Liberdade, à exceção de duas: Agricultura e Saúde. E, hoje, quantas são? Vinte e uma secretarias de Estado. Criadas por quem e para quê? A coisa chegou a um nível tão absurdo que o jornal "Estado de Minas", de 30/8/95, no seu caderno "Cidades", trouxe uma reportagem sobre a "caçula" das secretarias recém-criadas, a da Criança e do Adolescente, e o seu titular justifica a sua criação dizendo: "Pois bem, o Programa Curumim fez tanto sucesso que o Governador decidiu criar uma secretaria específica para administrar esse Programa e criar outros". Isso é que é um luxo! Criar-se uma secretaria de Estado por causa de um Programa que deu certo. E deu? Hoje tem secretaria de Estado espalhada por todos os bairros de Belo Horizonte, consumindo verbas com aluguéis, luz, manutenção, fora o espichamento da folha, e nós, os funcionários, somos os culpados. Temos que abrir mão dos nossos quinquênios, do apostilamento, e quem sabe até das nossas aposentadorias, pois o "expert" em Recursos Humanos e Administração resolveu, num passe de mágica, transformar os proventos em remuneração. Cremos que já passou da hora dos que, sistematicamente, atacam uma classe, buscarem ocupação mais compatível com os cargos que exercem ou os mandatos para os quais foram eleitos. Pesquisando-se as recentes notícias nos jornais ou os currículos políticos dessas pessoas, levanta-se a dúvida: seriam esses elementos os mais credenciados a "atirar pedras" e insultos constantes em uma categoria que tem nos seus sindicatos um silêncio temeroso e amedrontado? Esse comportamento exibicionista nos jornais não estaria ligado a interesses não revelados de se manter na "mídia" para alcançar objetivos políticos já traçados com Brasília? E

não seriam esses que atacam os mesmos que estariam como eles próprios disseram com "seus burros amarrados" na sobra do poder? Anexo, quadro demonstrativo do inchaço da máquina administrativa, ocorrido ao longo desses últimos anos pelos servidores públicos que ocuparam o Palácio da Liberdade, o Palácio dos Despachos e as cadeiras da Assembléia Legislativa.

A quem devemos cobrar o chamado caos na máquina do Governo?

Sindicato dos Especialistas de Educação e Gerentes Públicos de Minas Gerais, outubro/95."

O Deputado Almir Cardoso* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores visitantes, imprensa, estamos fazendo uso desta tribuna para prestar uma homenagem ao povo de Paracatu, que no último dia 20 de outubro comemorou os 197 anos de criação da cidade Paracatu do Príncipe. Quando falamos no Noroeste mineiro, Paracatu é escala obrigatória. E sua influência se estende, ainda hoje, não apenas às regiões fisiográficas do Paracatu, do Alto Paranaíba e do Triângulo, mas até no próprio Sudoeste goiano. Não faz muito tempo que Paracatu era, nos versos do poeta Lavoisier Wagner Albernaz: (- Lê:)

"Era uma vila morena/ Toda enfeitada de penas/ Nos congos, nas tapuiadas;/ Negras desciam calçadas/ Nas noites enluaradas/ Nos tempos do chafariz./ Toca o sino na matriz,/ A tarde cai de matiz/ No tempo feito de ouro/ Vila do Príncipe louro,/ Que os anos se contradizem! Hoje a cidade morena/ Deixou de vestir as penas.../ De cantar seu "Bangolê";/ Eu queria tanto ver/ Seu nome virando um hino/ E a terra de Afonso Arinos/ Me transformou no menino/ Qu'a viu, hospitaleira, crescer!/ Tem um sobradinho ali,/ De lá outro casarão;/ No portão velho do templo,/ Tem um sino com saudade,/ Que repica com vontade,/ Com vontade de voltar./ Amor não precisa idade/ Hoje ela é dona do zinco/ Vem cá, passageiro, vem cá!/ Temos amor para dar,/ Ouro também no baú/ Tem muita coisa que ver/ Quem vem a Paracatu."

A cidade, que tem sua origem ligada à marcha das bandeiras para o oeste, cresceu com relativa rapidez. Foi criada vila pelo alvará de 20/10/98. E aqui não nos vamos ater a nomes. Porque, se assim o fizéssemos, certamente não poderíamos deixar de falar nos trabalhadores, nos homens e nas mulheres que construíram casas, praças e igrejas. Porque uma cidade, senhores Deputados, na sua profundidade, não se faz apenas com boas idéias, mas com pessoas que as possam executar. E a história não acontece apenas nos gabinetes ou como fruto da decisão dos poderosos. Ela se faz, sobretudo, nos fundos dos quintais, nos bares, nas cozinhas dos trabalhadores, nas mesas dos bordéis, nas sacristias das igrejas, enfim, no dia-a-dia da gente simples, sempre esquecida por aqueles que escrevem a história. A classe trabalhadora não pode ficar para sempre esquecida, à margem da história oficial, como sempre acontece. Quero aqui prestar minha homenagem a todos aqueles que construíram Paracatu do Príncipe: seus políticos, seus líderes, seus homens e suas mulheres ilustres, cuja ação foi decisiva para a construção da cidade. Mas, minha saudação vai, sobretudo, para os pobres, os trabalhadores anônimos, as mulheres que carregaram água para as primeiras construções. É a essa gente, nobres colegas, que me dirijo com especial carinho agora. (- Lê:)

"Sonha com teus escravos mortos-vivos / Com os bandeirantes que te findaram!/ Sonha, musa sonâmbula dos garimpeiros, / Sonha! / Sonha e morre com as tuas reminiscências! / Sonha que um poeta alado vela teu sono / no sono dos escravos que se foram... / Sonha, vila adormecida das casinhas brancas! (Fernando Rubinger)"

Para nossa tristeza, Paracatu já perdeu muito de seu caráter original. Acabaram com seus chafarizes, com suas praças típicas, com seus becos, com os cruzeiros, e até com suas igrejas. Não queremos aqui fazer apenas uma alocução saudosista. Não é esta a nossa intenção. Mas também não podemos cair no erro de dizer que o passado não nos interessa. Somos sabedores, tanto quanto os senhores, que o presente está alicerçado no passado, em busca de realizações futuras.

Paracatu se prepara, ansiosa, para as próximas eleições que se avizinham. E nós estamos empenhados em dar novo rumo à história política da cidade. É hora de juntarmos todas as forças políticas comprometidas com a causa dos oprimidos para, no momento oportuno, alterar o curso da história, romper o cerco que nos impede de construir uma Paracatu livre, na qual as forças populares possam ter vez e voz. É necessário que a população participe das decisões políticas, que o povo tome a direção da barca. Sabemos que não será uma tarefa fácil. Há muita gente que não está nem um pouco interessada em ver as organizações populares no poder. A hora é de resistir, de criar mecanismos para que, finalmente, a classe trabalhadora assuma, também na história de Paracatu, o lugar que lhe é devido.

Basta de palavras. Elas são por demais pequenas para expressar toda a nossa emoção neste momento de júbilo! Parabéns, Paracatu, parabéns minha cidade. Seu filho até o fim.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de tratar de um assunto que sempre nos tem trazido a esta tribuna. Trata-se da questão da reforma agrária, e gostaríamos de ler um manifesto assinado por inúmeras entidades e parlamentares que diz respeito à

Superintendência Estadual do INCRA. Temos uma notícia a ser confirmada de que o atual Superintendente Estadual já foi substituído. Este manifesto vem exatamente propor a sua substituição. (- Lê:)

***Superintendente INCRA-MG: Reforma Agrária Para Quem?

Desde 1990 a Superintendência do INCRA-MG é ocupada pelo Sr. Geraldo Rezende. Nesses anos, os trabalhadores rurais sem terra do Estado vêm enfrentando dificuldades no encaminhamento das questões relacionadas à reforma agrária. Têm sido crescentes os impedimentos e obstáculos criados pela Superintendência para encaminhar qualquer reivindicação. Neste momento em que o Governo Federal afirma que irá cumprir a sua meta de campanha, assentando neste ano 40.000 famílias no campo, é urgente que seja avaliada a atuação da Superintendência do INCRA-MG, que parece destoar dos propósitos do Governo Federal.

A trajetória do Sr. Geraldo Rezende na direção de órgãos públicos em Minas Gerais, como na RURALMINAS e no próprio INCRA-MG, demonstra a sua inaptidão para ocupar o cargo de Superintendente.

1 - Arrendamento de Terras Devolutas para Empresas Reflorestadoras e Titulação das terras dos índios crenacarore para fazendeiros.

A RURALMINAS foi dirigida de 1979 a 1983 pelo Sr. Geraldo Rezende. Nesse período 124.000ha de terras devolutas foram arrendadas para as grandes empresas reflorestadoras, sendo que só para a Planta 7 foram destinados 37.136ha a preço vil.

A população rural do Estado sabe bem avaliar o retorno desse investimento, que não se traduziu em crescimento da oferta de mão-de-obra, nem em melhoria das condições de vida da população das regiões, onde este projeto foi implantado. O resultado foi a perda das terras por parte de milhares de famílias de posseiros, depredação do meio ambiente, devido à monocultura do eucalipto e muitos outros impactos negativos que podem ser verificados.

Cerca de 3.983ha das terras doadas pelo Governo do Estado ao povo crenacarore, situadas no Município de Resplendor, foram tituladas pela RURALMINAS a fazendeiros e a políticos da região do Vale do Rio Doce em 1974, 1975 e 1981. Nos dois primeiros anos citados, o Sr. Geraldo Rezende era Diretor do Patrimônio de Terras e, em 1981, era o Diretor-Geral da RURALMINAS.

O atual Superintendente do INCRA-MG se vangloria desses seus feitos. Por outro lado as entidades que atuam no campo (CPT, CIMI, MST, CUT, STRs e outras) entendem que um dirigente político que tenha favorecido empresas destinando terras devolutas e titulando terras pertencentes aos povos indígenas, dificilmente terá uma posição favorável, como já está comprovado, à realização da reforma agrária e aos trabalhadores rurais sem terra e aos demais excluídos do meio rural.

Para os índios crenacarore a situação de suas terras continua sendo um problema a ser resolvido. Conseguiram ganhar a batalha que travam desde a chegada dos primeiros portugueses, para garantir o direito à terra, no Supremo Tribunal Federal. Há cerca de duas semanas os fazendeiros receberam as notificações de despejo, restando agora desocuparem imediatamente a área, que é de direito imemorial dos remanescentes crenacarore.

2 - Desapropriações

O Estado, no Brasil e em Minas Gerais, não tem sido apenas conivente com a concentração da terra, mas tem efetivamente sido o principal promotor dessa política de exclusão de milhões de trabalhadores rurais, negando-lhes o acesso à terra, impulsionando um dos maiores êxodos rurais da história da humanidade."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há tempo para terminar a leitura do manifesto, mas eu gostaria de concluí-la numa outra oportunidade.

Entretanto, gostaria de citar os nomes das pessoas e das entidades que assinam o manifesto: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST -; Central Única Dos Trabalhadores - CUT-MG -; Comissão Pastoral Da Terra - CPT-MG -; Conselho Indigenista Missionário - CIMI-LESTE -; Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores; Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte; Gilmar Machado - Deputado Estadual - PT-MG; Almir Cardoso - Deputado Estadual - PT-MG; Marcos Helênio - Deputado Estadual - PT-MG; Ivo José - Deputado Estadual - PT-MG; Partido Comunista do Brasil - PC do B; Partido Socialista Brasileiro - PSB; Partido dos Trabalhadores - PT-MG; João Domingos Passarela - Deputado Federal - PT-MG; Tilden Santiago - Deputado Federal - PT-MG.

O manifesto finaliza solicitando a imediata substituição do atual Superintendente do INCRA-MG e passando essa responsabilidade, neste momento, ao Governador Eduardo Azeredo, para que ele indique para o cargo alguém comprometido com as posições já manifestas pelo Governo Federal com relação à reforma agrária no Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

** - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado José Bonifácio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, incumbiu-me a esmagadora maioria de eleitores e habitantes do Distrito de Correia de Almeida, Município de Barbacena, de comunicar oficialmente a V. Exa., além de providenciar para que conste

em ata, que o plebiscito não atingiu o número necessário para a emancipação, de acordo, aliás, com os argumentos que sustentávamos na douta Comissão de Assuntos Municipais.

Entretanto, Sr. Presidente, o plebiscito realizado em Correia de Almeida levantou um problema que deve ser examinado pelo Poder Legislativo, com profundidade, de hoje em diante. Verifiquei que o Município de Barbacena gasta, por mês, com o Distrito de Correia de Almeida, com despesas de hospital, escolas e outros serviços que a Prefeitura de Barbacena é obrigada a fazer, mais de R\$150.000,00. Se o distrito se emancipasse, como muitos outros o fizeram nessa festa de emancipações, o futuro município não receberia sequer R\$60.000,00 por mês. As conseqüências seriam: fechamento de escolas, com os jovens sem oportunidade para estudar, fechamento do hospital e muitos outros males.

Sr. Presidente, pretendo transformar minha sugestão em projeto de lei ou emenda à Constituição, se for o caso, para modificar a lei, pois é preciso que a Comissão de Assuntos Municipais, além desse Plenário, examinem com muito cuidado essa matéria, porque, às vezes, a emancipação é péssima para o distrito, em termos de numerário. Se o Distrito de Correia de Almeida fosse emancipado, teria ocorrido naquela região um verdadeiro desastre para a população. Felizmente, a população entendeu isso, politizada como é, e afastou de vez aqueles desejos da oposição de Barbacena, que queria ficar livre do eleitorado de Correia de Almeida nas próximas eleições municipais, supondo que, dessa forma, evitaria uma derrota que é verdadeiramente certa.

Sr. Presidente, era essa a comunicação que eu gostaria de fazer, além de alertar esta Casa para o fato de que, de hoje em diante, nós, Deputados, precisamos ter um pouco mais de cuidado, bem mais cuidado do que teve a Comissão de Assuntos Municipais, quando se tratar de emancipações. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, quero, primeiramente, cumprimentar os nobres trabalhadores que já cumpriram uma jornada pesada, mas ainda precisam trabalhar para conseguir sobrevivência digna. Quero dizer a esses companheiros aposentados que vamos votar de acordo com a proposta de emenda à Constituição, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que retorna a eles o que lhes é de direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas vezes já ocupei esta tribuna para falar de problemas graves que têm acontecido em nosso Estado. A princípio, parecia-me que esses problemas eram do vale do Mucuri e do vale do Jequitinhonha. Hoje estou vendo que se alastram por todo o Estado de Minas Gerais. A corrupção desenfreada está campeando nas Prefeituras do nosso Estado. Há quem diga que o problema é causado pela crise econômica, que tem atrapalhado as administrações em muitas cidades. Concordamos, em parte, mas queremos dizer que, muito mais do que a crise, o que atrapalha a administração em várias cidades é a corrupção, em primeiro lugar, e a falta de planejamento, além da cultura da impunidade, que é constante entre nós. Essa cultura da impunidade tem contribuído para que poucos se enriqueçam à custa da miséria de muitos. O que temos visto em várias Prefeituras, sobretudo nas desses rincões de Minas Gerais, são funcionários municipais com pagamento atrasado há três ou quatro meses, a exemplo do que ocorre em Teófilo Otôni. Temos visto cidades sem recursos, sem obras, educação aos frangalhos, escolas municipais desabando, caindo aos pedaços, e o povo numa extrema penúria.

Além de vários tipos de corrupção, que sabemos que existem, aparece, de uns tempos para cá, uma inovação: é a corrupção dos empresários de notas frias. Estão na moda, no Estado de Minas Gerais, empresas que imprimem notas frias e as vendem a Prefeitos inescrupulosos. Esses mesmos empresários se incumbem de maquiar as contas da Prefeitura, de ajeitar os papéis, para que sejam apresentados ao Tribunal de Contas. Essas notas fiscais, que deveriam ser instrumento de arrecadação para o município e para o Estado, têm se tornado instrumento para lesar os cofres públicos e contribuem, cada vez mais, para o empobrecimento das cidades.

Vamos citar apenas algumas cidades e alguns Prefeitos, de cuja corrupção temos certeza, inclusive com documentos. Quero falar, primeiramente, da cidade de Padre Paraíso, no vale do Jequitinhonha. O ex-Prefeito, conhecido pelo nome de Cenero, usava o sistema de notas fiscais frias, que já era herança do Prefeito anterior, Dr. Domingos, que era, por sua vez, sucessor do mesmo Cenero. Fomos com os Vereadores de Padre Paraíso à Polícia Federal, uma vez que o Tribunal de Justiça não se preocupava e não tomava providências para acabar com a corrupção. A Polícia Federal investigou, constatou a irregularidade e a corrupção. Diante das dificuldades criadas para o Sr. Cenero, ele preferiu renunciar, senão seria cassado na tarde do mesmo dia.

Em Poté, cidade do vale do Mucuri, o Prefeito Haroldo Farias prestou contas ao Tribunal de Contas das reformas feitas nas escolas municipais. Entretanto, professores e Diretores das escolas reagiram, mandando-nos retratos das escolas, que caíam aos pedaços e colocavam em risco a vida das crianças. Esse Prefeito, Sr. Haroldo Farias, está sofrendo um processo de cassação e só não foi cassado, ainda,

por incompetência do advogado que acompanhou o processo movido pela Câmara Municipal. O Prefeito de Ouro Verde, pasmem os senhores, enviou à Câmara Municipal um projeto de lei pedindo autorização para reformar uma casa residencial particular. A Câmara Municipal aprovou o projeto do Prefeito. Depois, um Vereador nos procurou, lamentando que o Prefeito não reformou, mas derrubou a casa, a fim de construir uma residência muito confortável para uma funcionária da Prefeitura. Se tivesse ficado na reforma, parece-me que eles teriam considerado legal a situação.

Em Jordânia, o Prefeito Luiz Carlos Figueiredo recebeu R\$9.500,00 da SELT para construir uma quadra poliesportiva e já prestou contas da quadra construída à secretaria. Entretanto, os moradores de Jordânia não sabem onde ele construiu essa quadra, nem nunca a viram.

Em Comercinho e Padre Paraíso, não na gestão dos atuais Prefeitos, mas na dos Prefeitos anteriores, ocorreu fato semelhante: há quadras poliesportivas, nos arquivos do Tribunal de Contas e da SELT, constavam como prontas e em funcionamento, mas nas referidas cidades ninguém tem notícia delas.

Mas a corrupção não tem ficado só no vale do Jequitinhonha e no vale do Mucuri. Em Pirapora, Norte de Minas, região também pobre, há mais ou menos quatro meses os funcionários municipais não sabem o que é receber pagamento. O Prefeito superestimou a receita deste ano para R\$12.000.000,00. Calcula-se que este ano ela será em torno de R\$12.000.000,00. Mesmo assim ele declarou que seria uma receita de R\$70.000.000,00, para conseguir um empréstimo de R\$4.500.000,00. E esse empréstimo ninguém sabe para quê. Os funcionários não recebem pagamento em hipótese alguma.

Em Bom Sucesso, cidade do Sul de Minas, o Prefeito Djalma Liberato também usa notas frias. A Polícia Federal e a Junta Comercial declararam que essas notas fiscais estão vindo de empresas fantasmas que vendem blocos para o Prefeito, e ele usa e abusa dessas notas fiscais.

Por isso, afirmamos que não é a folha de pagamento que inviabiliza as administrações municipais, mas, e sobretudo, a corrupção e a falta de planejamento.

Em Teófilo Otôni, minha cidade, logo ao assumir a Prefeitura, o Prefeito comprou o maior colégio particular que existia ali e começou, logo em seguida, a construir um CAIC para 2.500 alunos. Ao redor dele existiam seis escolas estaduais. Hoje, o Prefeito alega que não tem condições de pagar os professores da primeira escola que comprou. Enquanto isso, as escolas dos bairros estão caindo aos pedaços. Também em Cachoeira do Pajeú uma coisa chama a atenção pelo escândalo: é que o Prefeito atual, que já foi Prefeito em administração anterior, resolveu construir um clube para atrair turistas. Será construído em cima de uma cachoeira; as obras foram iniciadas na cabeça dele; deve ser uma beleza. Mas, lá, não existem sequer estradas patroladas para os turistas.

Não queremos apenas lamentar. Existem cidades, das quais voltarei a falar, em que temos administrações corretas e decentes. Voltaremos a falar sobre isso daqui a pouco.

Sr. Presidente, não poderia deixar a tribuna sem lembrar que o painel precisa funcionar. Ontem, ouvimos um funcionário da Casa dizer que a parte técnica está perfeita. Está faltando, mesmo, é vontade política. Pedimos o funcionamento do painel.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, assessoria da Casa, representantes da imprensa, o Projeto Gorutuba, no Norte de Minas, favoreceu a construção da barragem do rio Gorutuba, permitindo a irrigação da margem direita do rio, tornando produtivos 5.000ha de terra.

É um projeto antigo, que teve a participação efetiva da CODEVASF.

Como resultado, temos o Norte de Minas produzindo hoje as melhores frutas do País: uva, banana, melão, manga e grãos de excelente qualidade, competindo nos mercados interno e externo.

O Projeto Gorutuba gera, em nossa região, em torno de 5 mil empregos diretos e indiretos. É, sem dúvida, um projeto benéfico à região, mas que deixou profundas marcas.

Estivemos no Norte de Minas, em comissão parlamentar de inquérito, ouvindo pessoas que foram prejudicadas no processo de desapropriação.

São chefes de famílias, em média com 10 filhos, que possuíam até 8 casas em suas propriedades, e que sofreram grande pressão para entregar suas terras, sem a justa indenização. Famílias que tinham onde morar e produzir para o sustento dos filhos. Pessoas que trabalhavam a terra, que estimavam a terra pois nasceram ali. E o preço pago por elas não foi suficiente para comprar nem mesmo uma simples casa na região urbana.

As pessoas prejudicadas são trabalhadores rurais, que vivem na terra e não contam com outra profissão. São famílias que hoje se encontram desalojadas, sem terra, sem moradia e sem meios para sobreviver.

O Norte de Minas é marcado pelo espírito manso, pela humildade, pela honestidade e,

acima de tudo, pela perseverança de seu povo. É uma região sofrida, que padece e convive com a seca quase que durante todo o ano. Mas tudo isto não foi levado em conta. Há indícios de que pessoas inescrupulosas se aproveitaram de famílias indefesas, incapazes de reagir a pressões, muitas vezes por timidez, muitas vezes por desconhecerem o próprio direito.

Não ocupo esta tribuna para criticar os governos anteriores, responsáveis pela implantação do Projeto Gorutuba.

Mas não podemos permitir que famílias humildes continuem sobrevivendo em estado de miséria, aglomeradas nos grandes centros urbanos, multiplicando as dificuldades sociais. E, para isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos muito, da ação dinâmica do nosso atual Governador, que tem mostrado sensibilidade para com os problemas do Norte de Minas. É um Governo que vem dando atenção aos projetos de assentamento do Jaíba.

Vemos a Bancada Federal incluindo no orçamento a conclusão do canal de ligação dos projetos Jaíba I e Jaíba II, um canal de 2,2km e 44.000ha de terra irrigada na região Norte de Minas, obra orçada em R\$10.000.000,00.

Isto demonstra a preocupação do nosso Governador e dos nossos Deputados federais. Reconhecemos que o Governador Eduardo Azeredo tem trabalhado em favor de Minas Gerais, destacando-se no cenário nacional.

É com esse espírito que queremos iniciar essa luta em favor dos desapropriados do Projeto Gorutuba.

São famílias que estão prontas para iniciar nova vida, sonhando com novas terras e com grande desejo de produzir, pois eles sabem que o Norte de Minas é fértil e capaz de tornar-se o celeiro mundial.

Os projetos de irrigação representam a solução para essa região.

A CPI do Gorutuba continuará o seu trabalho, mas a forma de se corrigirem os prejuízos causados pela implantação do projeto é o assentamento prioritário das famílias injustiçadas no processo de desapropriação.

Temos esperança de que o nosso atual Governo encontre uma solução para esse problema.

Entendemos que é um dever do Estado evitar que um erro cometido em um grande projeto continue gerando conseqüências tão graves, capazes de comprometer muitas gerações de famílias do norte de Minas.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que, enquanto o povo da região de Goiás, Mato Grosso e São Paulo invade terras, o nosso povo está esperando, com paciência, com muita calma, que o nosso Governador encontre uma forma de compensar as perdas, viabilizando o assentamento e, conseqüentemente a devolução de suas terras, para que possam voltar, novamente, a fazer o que sabem. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/10/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 8.443, de 10/10/83, o art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 1º/6/93, o Parecer nº 2.524/91, da Procuradoria-Geral da Casa, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 9/8/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, nos vencimentos do padrão S-02, correspondente ao cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal dessa Secretaria, a servidora Eliane Maria Dias Gontijo Tameirão.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 982, de 29/9/93, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Magno Daniel para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete do 3º-Secretário.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO

SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO N° 01688 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO POVOADO SANTANA - SERICITA.

DEPUTADO: JOSE LAVIOLA.

CONVÊNIO N° 01689 - VALOR: R\$7.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES UNIDOS PROGRESSO VILA FERRUGINHA - CONSELHEIRO PENA.

DEPUTADO: JOSE LAVIOLA.
